

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA

PROPOSTA PEDAGÓGICA

CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 213 DE SANTA MARIA



SANTA MARIA - DF

2020

SUMÁRIO

01 - Apresentação.....	03
02 - Histórico.....	04
03 - Diagnóstico da Realidade.....	06
04 - Função Social.....	10
05 - Princípios Epistemológicos da Educação Integral.....	12
06 - Concepções Teóricas que Fundamentam as Práticas Pedagógicas	14
07 - Organização do Trabalho Pedagógico da Escola.....	15
08 - Serviços de Atendimentos Especializados.....	20
09 - Estratégia de Avaliação.....	22
10 - Organização Curricular.....	25
11 - Plano de Ação para Implementação da PP.....	27
12 - Estratégia de Acompanhamento e Avaliação da PP.....	29
13 - Programas Institucionais e Projetos	29
14 - Recursos Financeiros.....	36
15 - Referências Bibliográficas.....	37

1. APRESENTAÇÃO

A Proposta Pedagógica do Centro de Ensino Fundamental 213 de Santa Maria é fundamenta em uma proposta inclusiva que tem como objetivo a igualdade, o compromisso com o processo de aprendizagem, objetivando a formação completa e de excelência para os estudantes. Suas metas e estratégias foram estabelecidas para o exercício pleno da cidadania, a construção efetiva da maturidade, a convivência em sociedade e principalmente para o alcance dos subsídios básicos para a continuidade dos estudos.

Para a atualização deste documento foram realizados debates com os docentes durante a Semana Pedagógica de 2020; com a comunidade escolar – pais; estudantes e demais colaboradores em momentos específicos, além das constantes discussões durante o processo pedagógico. Foram levados em consideração os dados/índices da unidade escolar, números de reprovação e aprovação do ano anterior e demais características da escola.

A comunidade e os profissionais da escola puderam contribuir de maneira participativa e igualitária, pois esta proposta é a síntese das atividades educativas realizadas na escola, e surge do desejo de criar espaços de transformação, inclusão, disseminação de conceitos científicos e socialização da criança, do jovem e do adulto. Sua elaboração é fruto de convivência, reflexão compartilhada e de trabalhos criativos idealizados pela equipe gestora, profissionais da carreira assistência, professores, estudantes, pais e membros do Conselho Escolar. Além do mais, suas estratégias metodológicas visam a busca de alternativas para melhoria da qualidade de vida, a partir de um processo de preparação afetiva, intelectual e harmoniosa com base em um perfil inclusivo na busca da igualdade, construindo o conhecimento necessário ao desenvolvimento da cidadania de cada indivíduo.

A visão desta gestão participativa é a de desenvolver em cada membro dessa comunidade, o senso de co-responsabilidade pela construção de uma sociedade justa, ética e responsável, valorizando o ser e o pensar individual e coletivo.

Por meio de atividades, projetos diversificados e o uso das tecnologias, a proposta proporciona ao estudante as condições de relacionar os conteúdos aprendidos com sua própria realidade, tornando a aprendizagem significativa, baseada no desenvolvimento das habilidades integrais do indivíduo, na responsabilidade, na formação de valores e consciência crítica. Propõe ainda, despertar em todos, o compromisso de um modo de viver mais responsável e justo, formando um indivíduo capaz de servir ao próximo e à sociedade.

Esta Proposta Pedagógica apresenta como meta proporcionar aprendizagem significativa para toda comunidade estudantil, fundamentada e baseada em reflexões e

procedimentos que possam ir ao encontro das competências necessárias, na perspectiva de iniciarem os estudos, para ingressarem adequadamente no mundo da diversidade do conhecimento e do trabalho em uma perspectiva inclusiva, evidenciando as mudanças necessárias à democratização dos processos educativos, da ética entre os relacionamentos e da construção de valores e compromissos sustentáveis.

Os documentos norteadores que embasam esta Proposta Pedagógica (PP), são: a lei de número 9.394 de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para o ensino fundamental de 9 anos e para a oferta de educação para jovens e adultos (EJA) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

2 - HISTÓRICO

O Centro de Ensino Fundamental 213 de Santa Maria foi construído em 1995 em caráter de urgência, para atender inicialmente os estudantes anos iniciais. Sua área total corresponde a 6.238,00 m² e 2.517,75 m² de área construída. Está localizado na CL 213 – Conjunto G – Área Especial – Santa Maria Norte CEP 72543-227.

Através da Resolução de 18 de março de 1996 a escola foi entregue à comunidade de Santa Maria, atendendo inicialmente a estudantes de 1^a a 4^a séries, e posteriormente a alunos de 5^a a 8^a séries.

A mudança de anos iniciais de 1^a a 4^a série para anos finais de 5^a a 8^a série ocorreu em 2007, parte dos professores da Escola Classe 215 de Santa Maria acompanharam os estudantes para o CEF 213 durante esta transição. O 3^o segmento da Educação para Jovens e Adultos foi adotado em 2003 com o objetivo de retomar estudantes com defasagem idade-série. Este segmento é composto em sua grande maioria por estudantes trabalhadores que não teriam condição de frequentar a escola no turno diurno.

Outro fato importante foi a participação da unidade escolar no Programa Escola Aberta do Ministério da Educação de 2008 a 2011 que incentivava a abertura do espaço escolar aos sábados e/ou domingos, promovendo uma parceria entre a escola e a comunidade com o intuito de oferecer atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda.

A estrutura física da escola era compreendida em 19 salas de aula, porém quatro delas eram provisórias, feitas de pré-moldado, que foram demolidas posteriormente. Como não havia espaço suficiente para abrigar todos os estudantes, a Fundação Educacional do Distrito Federal resolveu transformá-las em definitivas com material padrão da escola. Dessa forma, atualmente, a escola possui 17 salas de aulas

(03 a 19), funcionando em sistema de sala ambiente, permitindo ao professor criar em cada espaço uma temática que reflita as características e peculiaridades de cada componente curricular, facilitando a assimilação e interação do conteúdo com as diversas temáticas.

Há também um laboratório de informática instalado e equipado com 32 (trinta e dois) computadores, periféricos e impressora, conectados à internet, onde ocorrem as aulas de informática e os suportes que relacionam os diversos componentes curriculares da estrutura vigente com algumas ferramentas e estratégias de pesquisa virtual.

Atualmente a escola funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno conforme quadro abaixo:

TURNO	HORÁRIO	Nº DE TURMAS	SÉRIES/ANOS
MATUTINO	7h30 às 12h30	17	8º e 9º
VESPERTINO	13h às 18h	17	6º e 7º
NOTURNO	19h às 22h45	12	1º, 2º e 3º

Os espaços descritos no quadro a seguir fazem parte da escola:

Nº	ESPAÇO FÍSICO	Nº	ESPAÇO FÍSICO
17	Salas de aula	01	Laboratório de informática
01	Sala dos professores	01	Mecanografia
01	Sala de Coordenação Coletiva	01	Sala de Recursos Generalista
01	Sala de Coordenação disciplinar	01	Biblioteca
01	SOE	01	Sala Multiuso
01	Quadra esportiva sem cobertura	01	Pátio coberto
01	Cantina escolar	01	Sala de Supervisão
02	Banheiros para professores	02	Banheiro para estudantes
01	Banheiro para ENEE's	01	Sala da Secretaria
01	Sala do Batalhão Escolar	01	Sala do Administrativo
01	Espaço coberto/ área verde	01	Espaço coberto (no momento, funciona a Educação Integral de forma improvisada)
01	Cozinha para professores	01	Sala dos servidores (Juiz de Fora)
01	Guarita	01	Refeitório/ Espaço de convivência
02	Salas de Altas Habilidades	01	Sala de Classe Especial
01	Sala de Direção	01	Depósito Geral

Todas as salas de aulas possuem um projetor (data show), caixas de som, sinal de wi-fi e internet por cabeamento.

3 - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

Aspectos referentes à infraestrutura escolar – As salas de aula têm áreas suficientes apenas para trinta e cinco estudantes, apresentando dificuldades quando esse número é ultrapassado.

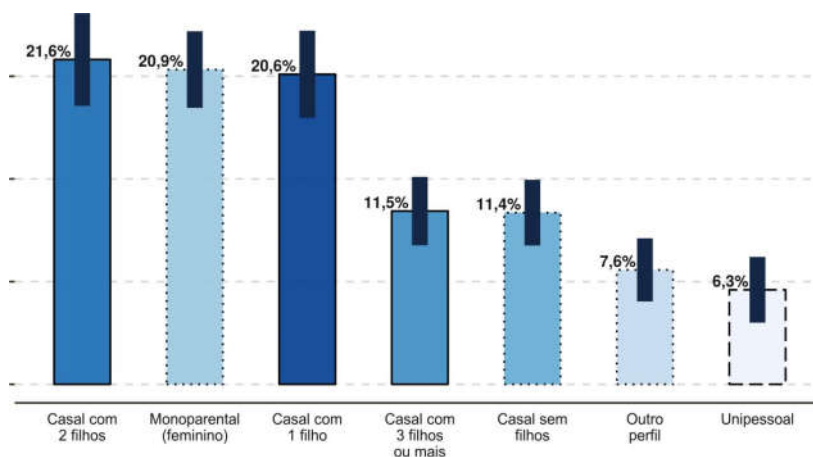
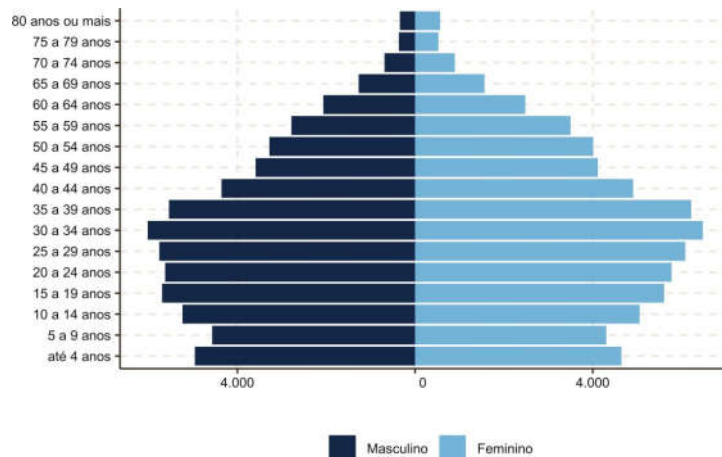
3.1 Caracterização da população urbana

Segundo dados da Codeplan a PDAD 2018 aponta que a população urbana da RA Santa Maria era de **128.882** pessoas, sendo 51,8% do sexo feminino. A idade média era de 31,1

anos. A pirâmide etária, apresentada na Figura abaixo, traz a distribuição da população por faixas de idade e por sexo (Tabela).

Para entender como as pessoas estão organizadas dentro dos domicílios, foram criados os seguintes arranjos: unipessoal; monoparental feminino; casais sem filhos; casais com um filho; casais com dois filhos; casais com três ou mais filhos; e outros perfis. Para essas classificações, observou-se que o arranjo “casal com 2 filhos” foi o mais observado, em 21,6% dos domicílios

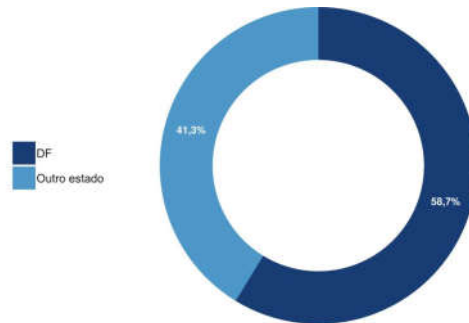
Figura: Distribuição da população por faixas de idade e sexo, Santa Maria, Distrito Federal, 2018



Fonte: Codeplan/DIEPS/GEREPS/PDAD 2018

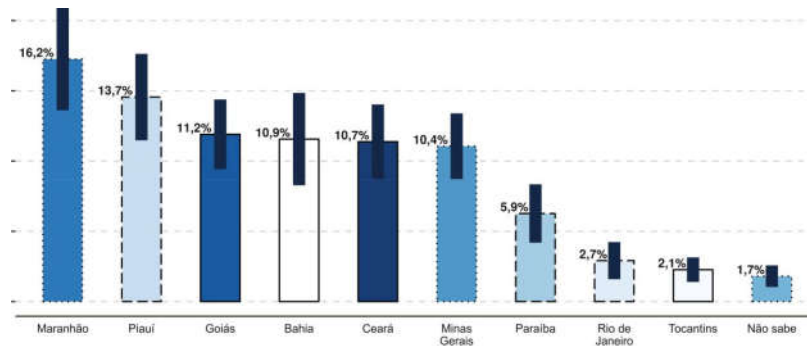
Quanto à origem dos moradores, 58,7% informaram ter nascido no próprio DF. Para os que não nasceram no DF, o estado mais reportado foi Maranhão, segundo 16,2% dos entrevistados. Sobre aqueles que vieram para o DF ou que deixaram o território, mas retornaram posteriormente, foi questionada a motivação que os levou a fazer isso. Para 47,8% dos chefes dos domicílios, acompanhar parentes ou reunião familiar foi a principal razão da movimentação.

Figura: Percentual de pessoas que nasceram no DF, Santa Maria, Distrito Federal, 2018



Fonte: Codeplan/DIEPS/GEREPS/PDAD 2018

Figura: Distribuição segundo o estado de nascimento das pessoas que vieram de fora do DF, Santa Maria, Distrito Federal, 2018



Fonte: Codeplan/DIEPS/GEREPS/PDAD 2018

3.2 Escolaridade

Sobre a escolaridade, 95,6% dos moradores com cinco anos ou mais de idade declararam saber ler e escrever. Para as pessoas entre 4 e 24 anos, 59,4% reportaram frequentar escola pública. A frequência escolar, por faixa de idades, é apresentada na Figura. Entre aqueles que frequentavam escola, 78,3% estudavam na RA Santa Maria.

Figura: Percentual da população com cinco anos ou mais de idade que declararam saber ler e escrever, Santa Maria, Distrito Federal, 2018

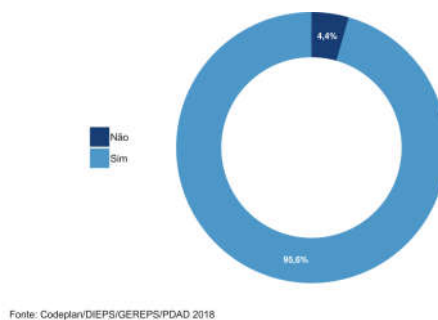
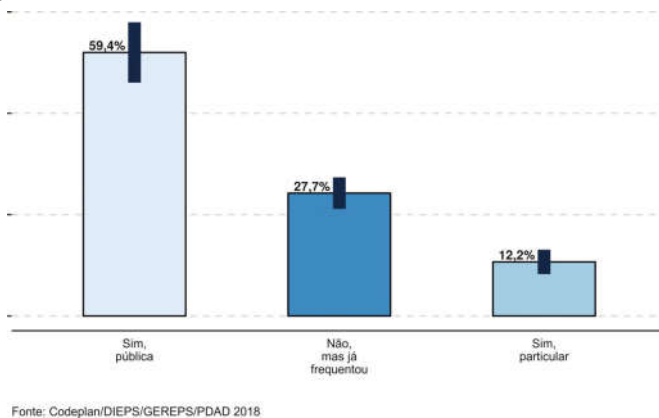
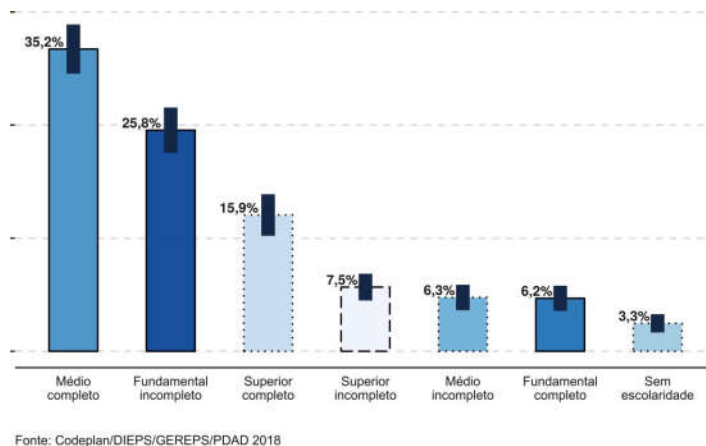


Figura: Distribuição da frequência escolar da população entre 4 e 24 anos, Santa Maria, Distrito Federal, 2018



Por fim, no que diz respeito à escolaridade das pessoas com 25 anos ou mais, 35,2% declararam ter o ensino médio completo.



Aspectos referentes aos profissionais de educação – A equipe gestora apresenta postura descentralizada e disposta em partilhar as decisões com todos da comunidade escolar.

Os profissionais são qualificados e habilitados para sua área. observa-se uma constante busca pela formação continuada e aprimoramento de seus conhecimentos.

A política principal do CEF 213 é buscar meios para integração dos componentes curriculares e realização das atividades relacionadas aos temas transversais.

Há um respeito ao cumprimento do calendário escolar inclusive dias de coordenação coletivas e específicas. Quando há interrupção das atividades pedagógicas por convocação do sindicato da categoria, os profissionais não apresentam resistência em repor aos estudantes os déficits ocasionados.

A comunidade local tem se modificado ao longo dos anos, havendo uma aproximação maior com a escola, além de se tornar mais exigente quanto à qualidade do ensino. Os projetos desenvolvidos pela escola têm proporcionado uma maior integração com a comunidade, como exemplo, o Projeto da Festa Junina e da Consciência Negra que proporcionam atividades de lazer, autoestima, beleza e cultura.

4 - FUNÇÃO SOCIAL

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) reconhece que a educação é determinada pela sociedade, sendo essa determinação relativa; a educação pode interferir na mesma, contribuindo para a sua transformação. Nesse contexto, a SEEDF propõe um Currículo com a expectativa de que, a partir dele, possamos instituir um movimento educativo voltado à formação integral dos indivíduos, em que o ser é visto não como um portador de conhecimento para a indústria e o capital, mas como ser consciente de sua cidadania e de sua responsabilidade com sua vida e a do outro. Sendo assim, a concretização do Currículo, como elemento estruturante das relações sociais que ocorrem na escola, se dará articulada a proposta pedagógica (PP) de cada unidade escolar, instrumento que define caminhos na busca pela qualidade social da educação pública do DF.

A qualidade referenciada nos sujeitos sociais “[...] concebe a escola como centro privilegiado de apropriação do patrimônio cultural historicamente acumulado pela humanidade, espaço de irradiação e de difusão de cultura” (ARAÚJO, 2012, p. 233). Nessa perspectiva, o Currículo é compreendido como “[...] construção, [...] campo de embates e de disputas por modos de vida, tipo de homem e de sociedade que se deseja construir” (idem). E a escola espaço de produção de culturas e não de reprodução de informações, teorias, regras ou competências alinhadas à lógica mercadológica.

Historicamente, a escola pública não incorporou de forma efetiva as demandas das classes populares, mesmo com a democratização do acesso da maioria da população ao ensino fundamental. O indicador dessa incompletude da escola se revela por meio da não garantia das aprendizagens para todos de maneira igualitária. A SEEDF assume seu papel político-pedagógico como todo ato educacional em si o revela, apresentando o Currículo com uma concepção de educação como direito e não como privilégio, articulando as dimensões humanas com as práticas curriculares em direção a uma escola republicana, justa, democrática e fraterna. Para isso, privilegia eixos que não devem ser trabalhados de forma fragmentada e descontextualizada, mas transversalizada, articulando os conhecimentos das diferentes áreas.

Na escola, a reprodução das desigualdades sociais ratifica-se nas similitudes do ambiente educacional com as estruturas e processos empresariais, baseando-se na competição e no mérito individual, pressupostos dos sistemas de qualidade total adotados pelas empresas e transferidos, sem mediações, para a escola (GENTILI, 1996).

Nesse modelo, os profissionais da educação são vistos como peças importantes de uma engrenagem reprodutora ao desempenharem a função de meros executores de programas e projetos. O conhecimento é tratado como mercadoria, o (a) estudante como cliente e a escola como balcão de negócios, tudo isso voltado ao desenvolvimento do “capital humano”.

A quebra com esse modelo desumanizador é, pois, o grande desafio dos sistemas escolares do século XXI, sendo o currículo escolar o instrumento que pode sinalizar uma ruptura com essa forma tradicional de tratamento do conhecimento.

Nesse sentido, é preciso compreender que os conhecimentos escolares não se traduzem exclusivamente no conhecimento científico, mas também sofrem as influências dos saberes populares, da experiência social, da cultura, do lúdico, do saber pensar que constituem o conjunto de conhecimentos e que, no currículo tradicional, sofrem processos de descontextualização, recontextualização, subordinação, transformação, avaliações e efeitos de relações de poder.

A escola deixa de ser apenas lugar de aquisição de habilidades, competências e conhecimentos para o exercício do trabalho, mas principalmente, espaço privilegiado de produção de cultura, de valorização de saberes, práticas e conteúdos que desenvolvam a consciência de classe.

Segundo os pressupostos teóricos da SEEDF o currículo não é um instrumento neutro. Há nele, intrinsecamente, uma intencionalidade, ações pensadas por agentes políticos e por ações pedagógicas e curriculares, com interesses próprios e que vão possibilitar sua materialização. Como não há currículo desvinculado dos conteúdos que o constituem, os conhecimentos teóricos historicamente produzidos pela humanidade e validados cientificamente precisam estar

contemplados de forma a favorecer a intervenção da comunidade escolar sobre sua própria realidade na perspectiva da transformação e do controle social.

5 - PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

O CEF 213 objetiva promover uma formação acadêmica para a contínua construção do conhecimento e preparação da autonomia do cidadão, reconhecendo em cada um dos atores envolvidos nesse processo, suas limitações e dificuldades, a cultura, a historicidade e suas particularidades, fomentando o desenvolvimento individual e coletivo, através de atividades educativas, lúdicas e pedagógicas, prezando pela construção e desenvolvimento do senso crítico e reflexivo de cada cidadão, e oferecer fundamentação científica suficiente à Educação Básica, com especificidades para as Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental e para o terceiro segmento da educação de jovens e adultos.

A realização das atividades promovidas pela escola visa o relacionamento das competências e habilidades com as considerações básicas do currículo nacional, o desenvolvimento da capacidade de aprender tem como meios básicos o pleno domínio da leitura, da compreensão, da escrita e do cálculo, considerando ainda outros elementos indicadores do desenvolvimento individual. Assim como a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade funcionam com aspectos de identificação contextual, histórico e geográfico. Considerando ainda o entendimento quanto ao posicionamento, classificação e significação dos elementos geográficos, dos seres e indivíduos que compõem essa área de conhecimento.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Resgatar em seus estudantes o prazer em aprender, buscando minimizar os números de dependência, reprovação e evasão; melhorar os índices obtidos nas avaliações de desempenho das instituições educacionais: IDEB; valorizar o profissional da educação, as experiências extraescolares, e o respeito à pessoa, considerando o estudante como foco de nossa ação educativa com vistas ao desenvolvimento integral de suas potencialidades.

Objetivos Específicos

* Oferecer ensino de excelência, tendo como referência fundamental o domínio pleno da leitura, da compreensão, da escrita e do cálculo;

- * Desenvolver as competências e as habilidades necessárias à sobrevivência e êxito no mundo em profunda transformação, percebendo as causas das mudanças e sabendo posicionar-se frente a elas;
- * Promover a socialização de conceitos e definições científicas suficientes para a fundamentação e consolidação dos saberes nas diversas áreas de conhecimento humano;
- * Estimular o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo dos cidadãos;
- * Realizar a integração disciplinar e promover a ruptura do conteudismo disseminando a cultura interdisciplinar;
- * Integrar toda comunidade escolar na realização de momentos para interação e intercâmbio de experiências nos conselhos participativos;
- * Fomentar o relacionamento ético interpessoal, o espírito participativo e cooperativo entre os profissionais, entre os estudantes e entre os demais membros da comunidade escolar;
- * Estimular nos participantes do processo educativo, o compromisso com valores humanos e sociais, tais como: a liberdade humana, exercício da liberdade com responsabilidade, à equidade de direitos e apreço à tolerância recíproca entre as pessoas;
- * Agregar valores às aulas com a utilização de estratégias tecnológicas modernas e eficientes;
- * Contribuir para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias à formação dos cidadãos;
- * Acompanhar o cumprimento das legislações, diretrizes e orientações propostas;
- * Disseminar a cultura do diálogo, do respeito e da compreensão;
- * Resgatar as práticas pedagógicas de educação os valores éticos e morais;
- * Desenvolver práticas pedagógicas planejadas e relacionadas ao cotidiano da comunidade escolar;
- * Promover integração escola, a família e a comunidade;
- * Oportunizar a formação de cidadãos autônomos e críticos, cuja característica seja a capacidade de argumentação sólida;
- * Compreender o ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- * Possibilitar atitudes que expressem a consciência dos valores universais;
- * Oferecer condições para o contínuo aprimoramento do corpo docente e demais funcionários;
- * Incentivar o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade e tolerância recíproca em que se assenta a vida social;
- * Desenvolver o respeito à dignidade, à liberdade e aos direitos fundamentais do homem;

* Avaliar processualmente de modo que promova a aprendizagem do estudante e do professor, além disso, o desenvolvimento da escola, ampliando o conceito de avaliação, estendendo-a a todos os sujeitos envolvidos e a todas as dimensões do trabalho. Villas Boas (2001 - MEC);

6 -CONCEPÇÕES TEÓRICAS QUE FUNDAMENTAM AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Essa Proposta Pedagógica é alicerçada nas dimensões do desenvolvimento individual e social, cujos princípios norteadores são classificados por aspectos epistemológicos, didáticos pedagógicos, éticos e estéticos.

O Currículo da Educação Básica da SEEDF fundamenta-se na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural. A Pedagogia Histórico-Crítica destaca a “importância dos sujeitos na construção da história. Sujeitos que são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para produção e reprodução de sua vida e realidade, estabelecendo relações entre os seres humanos e a natureza” (Currículo, 2014, p. 32).

A busca por uma Instituição Educacional Pública de qualidade é concretizada mediante a construção e vivência de uma Proposta Pedagógica que reflita o pensamento e a identidade de todos os membros da comunidade escolar, respeitando toda riqueza de informações que demanda do contexto local.

Integrada aos princípios da Proposta Pedagógica e ao sistema de ensino das escolas Públicas do Distrito Federal, o CEF 213 tem uma filosofia inspirada nos princípios de liberdade, nos ideais de solidariedade com a finalidade de desenvolver plenamente o indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável ao exercício da cidadania e fornecer meios que lhe permita ingressar no universo do trabalho e em estudos posteriores.

A escola busca promover a formação do cidadão crítico, reflexivo, criativo e responsável, capaz de interagir ao mundo em constante mudança, como agente construtor e transformador de sua própria história e do meio, visando atender aos anseios das famílias e de toda comunidade local.

7 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

7.1 Plano de Ação da Coordenação Pedagógica

A Coordenação Pedagógica é um espaço de encontro dos profissionais da unidade escolar responsável pelo cumprimento da política pedagógica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, inserida na Proposta Pedagógica desta Unidade de Ensino, visando contribuir para o aperfeiçoamento profissional do corpo docente.

O coordenador pedagógico é escolhido entre o grupo de professores efetivos, durante a semana pedagógica, devendo ter um perfil adequado a proposta da escola, pois será o norteador da prática pedagógica, tendo descritos entre suas principais atribuições:

- * Assessorar pedagogicamente o Diretor, Vice-Diretor e Supervisor Pedagógico;
- * Planejar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento da proposta pedagógica da escola;
- * Assessorar, acompanhar, avaliar e coordenar a elaboração e execução dos projetos pedagógicos, atuando junto à comunidade escolar;

A atuação preventiva junto à escola será realizada por meio de encontros pedagógicos, estimulando a reflexão de prática docente, na busca de soluções para atender às especificidades dos estudantes.

7.2 Organização Escolar: 3º CICLO

O Ensino Fundamental de 6º a 9º ano possui regime de matrícula anual e suas turmas organizadas por anos, com base na idade e na competência, respeitando-se as classificações e legislações vigentes as quais preconizam a base nacional comum e a parte diversificada, atendendo as características regionais, conforme as Matrizes Curriculares.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a Educação Básica poderá organizar-se em séries anuais, assim como em outras formas, tais como ciclos, grupos não seriados, alternância regular de período de estudos e outros critérios de organização, sempre de acordo com o interesse do processo de ensino. As formas de organização escolar se relacionam ao tempo, ao espaço escolar e ao processo de avaliação da aprendizagem. Trata-se de uma opção, segundo a Lei 9394/96, que permite "flexibilizar, descentralizar e desregular" os sistemas de ensino (CURY et al.,1997). A Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, ampliando a escolaridade mínima de 08 (oito) para 09 (nove) anos no Ensino Fundamental.

Em atendimento ao previsto na Lei nº 11.274, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, ampliando a escolaridade mínima de oito para nove anos no Ensino Fundamental, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) antecipou-se ao restante do país e implantou, em 2015, o Ensino Fundamental de nove anos, garantindo, assim, a inserção da criança nessa etapa escolar a partir dos seis anos de idade.

Em uma perspectiva nacional, a proposta de ciclo abrange dois tipos de organização: os ciclos de formação e os ciclos de aprendizagem. Os ciclos de formação, com base nas fases de desenvolvimento humano (infância, pré-adolescência e adolescência), enturmam os estudantes em relação a suas idades, independentemente das aprendizagens acumuladas. A Escola Plural (Belo Horizonte) e a Escola Cidadã (Porto Alegre) são referências positivas de ciclos de formação (MAINARDES, 2009).

Já os ciclos de aprendizagem apresentam uma estrutura de organização de ensino em blocos plurianuais com dois ou três anos de duração. Nesse modelo, os estudantes são enturmados de acordo com as aprendizagens adquiridas, e há a possibilidade de retenção deles ao final do bloco caso se constate que, mesmo tendo vivenciado diferentes oportunidades de aprendizagem, não alcançaram os objetivos previstos para o final de cada um desses períodos.

Determinar um único tempo de aprendizagem para todos os estudantes é ignorar os processos individuais de apreensão dos múltiplos saberes, o que dificulta a permanência e o sucesso deles na escola, afetando, assim, a democratização do acesso ao conhecimento. Dentro de uma concepção de avaliação classificatória, em que simplesmente verifica-se o “não saber” do estudante sem que se proponham intervenções que apresentem possibilidades de aprendizagens, não se auxilia no desenvolvimento integral do cidadão. Tal lógica tem trazido como consequências a produção de altos índices de reprovação e de evasão, que conduzem à exclusão no interior da escola e, conseqüentemente, em nível social.

Em contraposição, a organização escolar em ciclos tem demonstrado que pode contribuir para atenuar as dificuldades relacionadas ao desenvolvimento dos estudantes durante seu percurso escolar ao propor constantes intervenções pedagógicas, respeitando os ritmos e processos diferenciados de aprendizagens dos estudantes.

Quanto à sua composição, o 3º Ciclo para as Aprendizagens divide-se em dois blocos: 1º Bloco (atuais 6º e 7º ano do Ensino Fundamental) e 2º Bloco (atuais 8º e 9º ano do Ensino Fundamental). Neste ciclo, a enturmação dos estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais (ENEE), acontece de acordo com a estratégia de matrícula proposta pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DO 3º CICLO PARA AS APRENDIZAGENS

1º BLOCO (6º e 7º anos)	2º BLOCO (8º e 9º anos)
- Estudantes com 11 e 12 anos de idade, com flexibilidade - Possibilidade de reprovação no final do bloco (7º ano).	- Estudantes com 13 e 14 anos de idade, com flexibilidade - Possibilidade de reprovação no final do bloco (9º ano).

As estratégias de intervenções pedagógicas, mediadas pela avaliação formativa, irão compor a organização do trabalho pedagógico no 3º Ciclo para as Aprendizagens. Vale destacar o protagonismo da avaliação formativa no desenvolvimento destas e de outras estratégias metodológicas em uma escola organizada em ciclos, onde os espaços e tempos convergem no sentido de promover aprendizagens, conforme os ritmos diferenciados dos estudantes.

No ano de 2020 contamos com 09 turmas de 7º ano, 09 turmas de 6º ano (BLOCO I) e 09 turmas de 9º ano, 07 turmas de 8º ano (BLOCO II).

7.3 Educação de Jovens e Adultos – 3º Segmento

Quando se trata de Educação de Jovens e Adultos – EJA, é necessário ter claro que essa modalidade de ensino não nos remete apenas a uma questão de faixa etária, mas, fundamentalmente, a uma especificidade cultural.

Nesse sentido, o indivíduo que procura os cursos para jovens e adultos está inserido num contexto de diversidade sociocultural. Essa heterogeneidade deve ser respeitada e aproveitada pelos professores, constituindo-se fator essencial do currículo e do processo de aprendizagem, o que significa que os diferentes saberes e as diferentes opiniões dos estudantes, adquiridos ao longo de suas práticas sociais de vida e de trabalho, deverão ser o ponto de partida do processo de aprendizagem sistematizada.

Do ponto de vista didático-metodológico, ressaltam-se o diálogo e a participação democrática, como mecanismo de interação. Dessa forma, o diálogo, o respeito e a valorização dos saberes permitirão a emergência dos conhecimentos prévios dos estudantes, contribuindo para a elevação da autoestima e da crença na capacidade de aprender, transformando-se, assim, em poderosa ferramenta político-pedagógica.

O aluno da EJA tem, em média de 15 a 65 anos (de modo geral) na maioria das vezes é trabalhador – são balconistas, vendedores, mecânicos, empregados domésticos e de serviços gerais, jardineiros, entre outros. Alguns deles já possuem conhecimento sobre o mundo letrado,

que adquiriram em breves passagens pela instituição educacional ou na realização de atividades cotidianas.

A Educação de Jovens e Adultos, voltada para os que não tiveram oportunidade de cumprir sua escolaridade na idade própria, está assegurada na Lei nº 9.394/1996 – em seu art. 4º, que ressalta o dever do Estado com a educação pública que é efetivada "mediante a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria".

Há que ser observada, também, a necessidade de se atentar para a contextualização do ensino de Educação de Jovens e Adultos que deve permear todo o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem.

A EJA considera os demais princípios básicos de ensino, tornando os conteúdos meios para o desenvolvimento dos processos cognitivos, privilegiando a capacidade de pensar e desenvolvendo a competência de processar as experiências de aprendizagem com autonomia intelectual e com destaque para o fato de que os jovens e os adultos:

- * Tenham desejo de aprender;
- * Aprendam somente o que sentem necessidade de aprender;
- * Aprendam praticando, fazendo;
- * Tenham o aprendizado centralizado em problemas reais;
- * Aprendam melhor em ambiente informal;
- * Tenham melhor aproveitamento quando é utilizada uma variedade de métodos, recursos e procedimentos de ensino;
- * Tenham a oportunidade de descobrir e de construir por si mesmos;

Atualmente atendemos na EJA 3º segmento um quantitativo de 625 estudantes, divididos em 09 turmas de 1º, 2º e 3º ano/etapa.

7.4 Sala Ambiente

O sistema de Sala Ambiente, adotado pela escola a partir do ano de 2013, consiste em cada componente curricular, ou grupo de disciplinas, possuírem sua própria sala. Dessa forma, são os estudantes que trocam de sala, ao invés do professor. Com essa dinâmica, os professores podem "ambientar" suas respectivas salas, com cartazes, murais e outros materiais didáticos.

A sala ambiente se configura como modelo de organização escolar diferenciado das salas de aula tradicionais, pois as direciona especificamente a uma disciplina, com ênfase na disposição

dos materiais didáticos pedagógicos, com o intuito de oferecer uma maior interatividade entre os discentes, de modo que possam construir saberes vinculados à realidade.

No final do ano letivo de 2017,(no meio do 4º bimestre) foi realizada uma pesquisa quantitativa com os estudantes através de questionários, respondido por todas as 34 turmas (total de 1121 alunos). Quanto aos elementos que os estudantes consideram essenciais para o funcionamento de uma sala-ambiente, foram apontados: a metodologia de ensino adotada pelo professor, os materiais disponíveis na sala e a possibilidade de troca de conhecimento proporcionada pela organização do espaço, conforme gráfico abaixo:

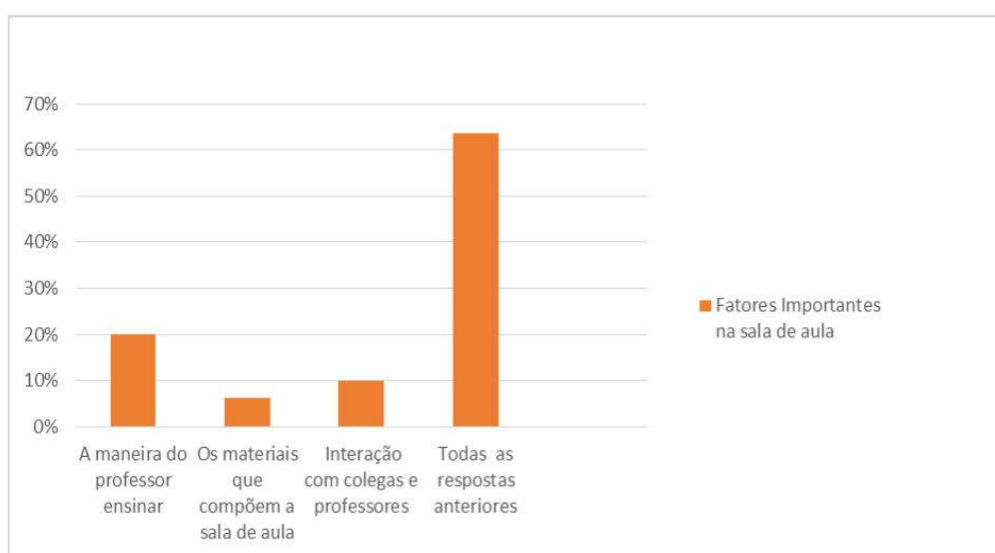


Gráfico 1: Fatores importantes na sala de aula

7.5 Relação Escola Comunidade

A participação efetiva da comunidade escolar nas fases que compõem a projeção e implementação da proposta pedagógica se faz indispensável quando se acredita que tal projeto deva ser construído coletivamente pelos interessados em nortear as ações de trabalho. Além de se exigir a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade escolar para a elaboração da PP, se faz necessária uma compreensão mais abrangente e dinâmica de tal proposta no que diz respeito a sua construção e reconstrução contínua ao longo do ano letivo.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): as escolas têm a obrigação de se articular com as famílias e os pais têm direito a ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais.

O CEF 213, sabendo da importância desta relação, busca a participação efetiva das famílias e de toda a comunidade escolar não só na reunião de pais, mas também na elaboração e execução das ações desenvolvidas no âmbito escolar, pois acreditamos que esta participação auxilia os estudantes a terem sucesso na vida escolar e colabora para diminuir a evasão e a violência.

Ao longo do ano a escola promove momentos para integrar a comunidade, quais sejam: Festa Junina, Feira de Ciências, Sarau, Dia da Consciência Negra, Reunião de Pais, Dia Letivo Temático entre outros.

8 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADOS

8.1 Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem - SEAA

O CEF 213 dispõe do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, sendo um apoio técnico-pedagógico especializado com o objetivo de promover a melhoria do desempenho escolar dos alunos. **Cabe ressaltar que essa atuação tem sido ampliada para o atendimento ao 3º ciclo (6º ao 9º ano) e Ensino Médio.**

Conforme a Orientação Pedagógica- OP a atuação das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem deverá ser direcionada para o assessoramento à prática pedagógica e ao acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem em suas perspectivas preventiva, institucional e interventiva, sempre em articulação com as demais instâncias pedagógicas da instituição educacional. E que essa atuação pauta-se em três dimensões concomitantes e contextualizadas:

- I - mapeamento institucional das instituições educacionais;
- II - assessoria ao trabalho coletivo da equipe escolar;
- III - acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, por meio da ressignificação das práticas educacionais e de intervenções específicas nas situações de queixas escolares.

8.2 AEE - Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos Generalista

O CEF 213 possui uma Sala de Recursos Generalista que atende os estudantes da educação especial, em particular, os com deficiência intelectual, nos turnos matutino e vespertino.

Os estudantes são atendidos na Sala de Recursos, de forma que venham a complementar suas aprendizagens. É importante que os estudantes atendidos frequentem diariamente a sala de aula regular, com os demais colegas da turma. Os atendimentos acontecerão respeitando as

individualidades de cada um e buscando atender as metas traçadas para cada estudante. Este atendimento será individual, quando necessário, ou em pequenos grupos, de até três estudantes, conforme a necessidade de cada um.

Para acompanhar melhor todas as atividades, é necessário estar em diálogo constante com a equipe pedagógica e professores das turmas, discutindo o crescimento de cada estudante. Visitas na sala de aula também são previstas ao longo do ano, para que se possa acompanhar de perto o rendimento dos estudantes no grupo, buscando junto com o professor de sala de aula traçar estratégias que venham superar as dificuldades individuais dos estudantes e valorizar suas potencialidades.

Os trabalhos dos estudantes também são expostos na Sala de Recursos, em murais, assim como fotografias, valorizando o que cada estudante é capaz de fazer. Estes trabalhos poderão ser vistos pelos familiares, sempre que quiserem. O trabalho de identidade é constantemente realizado, buscando melhorar a autoestima de modo que as diferenças sejam sempre respeitadas.

8.3 AEE - Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos Específica - AH/SD

O CEF 213 possui duas Salas de Recursos Específicas para o Atendimento aos Estudantes com Altas Habilidade/Superdotação - AH/SD, sendo uma de Artes Visuais e outra de Códigos e Linguagens. Funcionam como salas Pólos que atendem estudantes de escolas públicas e particulares da Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria de acordo com o Decreto de nº 36.461, que regulamenta a Lei nº 5.372, de 24 de julho de 2014, que garante a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes com necessidades educacionais específicas, identificados com altas habilidades/superdotação na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Os estudantes indicados e/ou efetivados são atendidos em Sala de Recursos Específica no contra turno, uma vez por semana, com duração de no mínimo três horas de atendimento, de forma que venham suplementar suas aprendizagens, de acordo com o referencial Teórico adotado pela SEEDF - O “Modelo dos Três Anéis”, proposto por Joseph Renzulli (1986).

8.4 Serviço de Orientação Educacional

O CEF possui o Serviço de Orientação Educacional - SOE, sendo um serviço de apoio que visa assessorar a equipe diretiva e a coordenação pedagógica, contribuindo na integração da comunidade escolar de forma preventiva e educativa, auxiliando no desenvolvimento integral de seus membros em consonância com os objetivos propostos pela Proposta Pedagógica - PP, bem

como busca a coerência entre teoria e prática educacional, respeitando os princípios e concepções do regimento escolar.

Atua diretamente com os pais, professores e estudantes que apresentam dificuldades nas áreas afetiva, cognitiva e social, realizando encaminhamentos/acompanhamentos necessários, juntamente aos órgãos governamentais disponíveis no âmbito Municipal, Estadual e/ou Federal, a depender da situação específica. Dentre os quais destacamos o Conselho Tutelar e o CRAS, na busca de alternativas para minimizar dificuldades pedagógicas, investigando as implicações sociais, cognitivas e emocionais da defasagem de aprendizagem.

Realiza, ainda, acompanhamento sistemático a pais e/ou responsáveis que necessitam de aconselhamento e orientação, procurando manter contato com os mesmos. Bimestralmente participa, juntamente com professores, estudantes e coordenação pedagógica e equipe diretiva, do conselho de classe participativo, visando encontrar alternativas em conjunto para a solução de problemas de cada turma.

9 - ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

Avaliação

Avaliação é um instrumento permanente do trabalho docente, tendo como propósito observar se o estudante aprendeu ou não, refletindo assim sobre o nível de qualidade do trabalho escolar, tanto do estudante quanto do professor, gerando mudanças significativas.

Avaliação Formativa

Conforme preconiza Luckesi (1999), a avaliação é um conjunto de ações processuais que visam contribuir com a trajetória da formação acadêmica do estudante. Assim como o pensamento de Villas Boas (2001), quando enfatiza que a avaliação promove a aprendizagem do estudante e do professor e o desenvolvimento da escola. Amplia-se o conceito de avaliação, estendendo-a a todos os sujeitos envolvidos e a todas as dimensões do trabalho.

Conforme essas alegações, a avaliação deve ser pautada tendo como foco a aprendizagem, comportando de forma participativa, democrática, inclusiva, sistemática, construtiva, interdisciplinar, contextualizada, analítica, reflexiva, evolutiva, crítica e autocrítica.

A avaliação do aproveitamento escolar é constante, contínua e cumulativa, visando à verificação dos conhecimentos e habilidades intelectuais, bem como atitudes e valores decorrentes das mudanças do comportamento do estudante.

O processo de avaliação norteia a ação docente por meio de atividades individuais ou em grupos, exercícios em classe e extraclasse, testes orais e escritos, realização de projetos e pesquisas bibliográficas, dentre outras formas de conscientizar e trabalhar o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias à boa formação educacional do estudante.

Os procedimentos de avaliação são selecionados pelo professor conforme a natureza do conteúdo e o tratamento metodológico adotado, devendo o professor, durante o bimestre, utilizar mais de um instrumento.

O processo avaliativo valoriza o progresso do estudante, onde ele compreende conceitos, desenvolve atitudes e procedimentos relativos ao seu cotidiano acadêmico/educacional, com o objetivo de tornar-se um profissional cujo perfil está calcado nas habilidades do saber pensar e do aprender, e assim, gerenciar de forma eficiente as informações recebidas com habilidades que o levem a demonstrar segurança e competência.

São objetivos da avaliação formativa:

- * Avaliar o conhecimento adquirido pelo estudante;
- * Verificar, acompanhar e tomar providências metodológicas para garantir o desempenho da aprendizagem;
- * Diagnosticar se o estudante transforma conhecimento na resolução de situações novas;
- * Avaliar se o estudante está se apropriando dos conhecimentos e se estes estão sendo significativos e contínuos;
- * Detectar, analisar e retomar a defasagem no aprendizado;
- * Repensar novas estratégias de trabalho em classe.
- * Todo trabalho realizado com o estudante é em potencial um instrumento de avaliação: teste escrito ou oral, prova, exercício, arguição, trabalho em grupo ou individual, pesquisa, portfólio, cartaz, mural, levantamento bibliográfico, desenho, produção literária, artística nas mais diversas expressões, entre outros;
- * O raciocínio e a criatividade do estudante em cada passo, de forma continuada, sendo igualmente importantes à auto-avaliação, visando estimular o contato do estudante com a construção do conhecimento;
- * reagrupamentos de estudantes ao longo do ano letivo, levando em conta suas necessidades de aprendizagens, de modo que possam interagir com diferentes professores e colegas; avanço dos

estudantes de um ano a outro, durante o ano letivo, se os resultados da avaliação assim o indicarem.

Conselho de Classe Participativo

O Conselho de Classe é um espaço de natureza avaliativa e deliberativa, formada por todos os professores, coordenadores, supervisor pedagógico, orientador educacional, sala de recursos, equipe de apoio, diretor e vice-diretor, com finalidade de realizar uma análise global do estudante em relação ao trabalho pedagógico desenvolvido, tendo os seguintes objetivos:

- * Avaliar os aspectos de aproveitamento escolar, disciplinar, interesse e participação dos estudantes nas atividades para redimensionar quando necessário;
- * Identificar estudantes que apresentam rendimento escolar superior ou insuficiente, propondo e deliberando atos pertinentes a superação de suas dificuldades;
- * Identificar e encaminhar estudantes que necessitam de acompanhamento educacional especializado junto as redes de apoio interno (SOE -AEE e SEAA);
- * Opinar e deliberar sobre aplicação de sanção disciplinar de acordo com o disposto no Regimento do CEF 213 de Santa Maria;
- * Homologar os resultados das avaliações aplicadas ao longo dos bimestres, registrando em documento próprio;
- * Avaliar o comportamento da classe e propor estratégias que visem o melhor ajustamento do estudante se necessário;
- * Decidir sobre promoção, aprovação ou reprovação do estudante;
- * Opinar sobre os recursos relativos à verificação do rendimento escolar interposto por estudantes ou seus responsáveis.

O Conselho de Classe reúne-se ordinariamente pelo menos uma vez por bimestre, ou quando convocado pela direção. As decisões do Conselho de Classe serão tomadas pela maioria simples de votos, cabendo ao Coordenador ou Supervisor Pedagógico o voto de desempate.

Avaliação de Larga Escala e de Rede

Com as atuais demandas sobre a qualidade do ensino e relevância da educação escolar, a avaliação em larga escala é um instrumento significativo que oferece subsídios para formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas de educação no Brasil.

O CEF 213 participa de avaliações de Larga Escala promovidas pelo INEP, como exemplo a Prova Brasil.

O Índice de Desenvolvimento da Educação básica é calculado com base no fluxo escolar (aprovação/reprovação) e no desempenho de cada instituição na Prova Brasil.

Avaliação Institucional

Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação, relacionada à melhoria da qualidade da educação, da eficácia institucional, acadêmica e social. Visando o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades das instituições de educação. Valorizando a missão pública, a promoção da democracia, do respeito às diferenças e à diversidade, preservando a autonomia e a identidade institucional.

Nesse processo é realizada a autoavaliação, momento em que todos os profissionais da educação analisam individualmente seu papel e os resultados de seu trabalho na Instituição Escolar; a avaliação da infraestrutura em que ocorrem todas as atividades do âmbito escolar e extraescolar; e a avaliação dos procedimentos pedagógicos e administrativos, realizados internamente por todos os profissionais da educação, ocorrendo em datas determinadas pelo Calendário Oficial e extraordinariamente solicitadas pela direção ou Conselho Escolar. Nesses momentos são utilizados instrumentos de abordagem conceitual para análise crítica e reflexiva da conjuntura e dos resultados alcançados ao longo do período.

Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando a coerência conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

A gestão democrática veio para que tal processo avaliativo pudesse proporcionar a participação da comunidade no desenvolvimento e melhoria da educação. Nesse contexto, os gestores escolares são avaliados a cada dois anos.

10 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

No CEF 213 de Santa Maria a estrutura curricular tem como referência a Educação Básica Nacional, sendo oferecido nos turnos matutino e vespertino, de forma presencial com jornada diária de 06 (seis) aulas de 50 (cinquenta) de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, organizado em anos. No noturno é oferecido o Ensino Médio na modalidade de 3º segmento da EJA, com 05 (cinco) aulas de 50 minutos, organizado de forma semestral. Assegurando a ambos a carga horária mínima anual proposta pela legislação, distribuída para um período de 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar.

Nesses currículos de acordo com a legislação vigente, são oferecidas as disciplinas da Base Nacional Comum e uma parte diversificada, contemplando as características regionais e locais da sociedade, da cultura e da economia.

Essa organização curricular contempla áreas de conhecimento em que os conteúdos são trabalhados durante o desenvolvimento das habilidades e competências. E essas habilidades e competências são desenvolvidas a partir do conhecimento já adquirido pelo aluno e por suas vivências, construindo um aprendizado significativo, valorizando o contexto no qual está inserido cada indivíduo.

Os intervalos no Ensino Fundamental e na EJA, integram as atividades educativas e, como tal, se inclui no tempo de trabalho escolar efetivo.

“A Jornada de Trabalho” definida no módulo – aula não corresponde exclusivamente às atividades realizadas na tradicional sala de aula. São, ainda, atividades escolares realizadas em outros recintos para trabalhos teóricos e práticos, leituras, pesquisas em grupo, competições, conhecimento da natureza e das múltiplas atividades humanas, desenvolvimento cultural, artística e tudo mais que é necessário à plenitude da ação formadora constante deste Projeto Político Pedagógico.

A Matriz Curricular do 6º a 9º anos cumpre as determinações legais, bem como a Matriz Curricular do 3º segmento da Educação para Jovens e Adultos (EJA), ambas aprovadas pelos órgãos competentes e em consonância pela legislação vigente.

Na perspectiva da construção da ação pedagógica através da interação mediadora entre os conhecimentos construídos na prática social e transmitidos, organizados e transformada na prática escolar. A escola busca recursos para apropriar-se dos conhecimentos necessários e organiza-se nestas interações através de:

- a) Verticalidade: considerando o avanço racional do aluno em crescente complexidade, desenvolvida de forma contextualizada;
- b) Horizontalidade: caracterizada pela vinculação simultânea entre conteúdos dos vários aspectos da aprendizagem desenvolvida de forma interativa;
- c) Transversalidade: integrada nas três áreas de conhecimentos especificados pela

Lei 9.394/96 e explicitada na organização curricular através dos conteúdos de cada componente curricular:

- * Códigos, Linguagens e suas Tecnologias;
- * Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias;
- * Ciências Humanas e suas Tecnologias.

11 – PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PP

Para que a unidade escolar consiga atingir as metas descritas na Proposta Pedagógica, pretende-se desenvolver ações em vários campos, dentre estas se destacam as seguintes:

- * Cobertura da quadra poliesportiva, proporcionando aos estudantes um ambiente adequado para a realização das aulas de Educação Física;
- * Instalação de câmeras de segurança nas salas de aulas;
- * Continuar buscando ferramentas que facilitem o acesso à informação para a comunidade escolar;
- * Manter os laços de afetividade e cooperação entre os funcionários e estudantes;
- * Promover iniciativas culturais que favoreçam o crescimento individual de cada estudante e dessa forma a sua melhor convivência e sociedade;
- * Promover ações que permitam ao estudante que foi identificado com alguma fragilidade pedagógica, se apropriar dos conteúdos que ainda não dominam.
- * Aumentar o índice de aprovação;
- * Contribuir para a diminuição dos índices de repetência;
- * Elevar o índice de desempenho individual da Instituição Educacional, referendado pela média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB/MEC;
- * Reduzir o percentual dos estudantes defasados em idade x série, mediante a adoção de estratégias de intervenção, desenvolvidas em parceria com a comunidade escolar;
- * Permitir atendimento educacional especializado aos estudantes com necessidades educacionais especiais, assegurando o acesso e a permanência desses estudantes em classes comuns;
- * Administrar com a participação da Direção e do Conselho Escolar as verbas recebidas, de forma a atingir o objetivo maior que é a construção de uma escola pública de qualidade, tanto na sua estrutura física como na sua dimensão pedagógica;
- * Aumentar a produtividade na OBMEP.

Dentre outros aspectos, constituir uma escola articulada com a comunidade escolar para que juntos possamos criar estratégias para a solução dos problemas que hoje prejudicam o aprendizado.

Tais atividades serão realizadas bimestralmente e suas metas serão estipuladas por todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, favorecendo a gestão democrática.

Para que tais metas sejam cumpridas, todos os profissionais envolvidos devem estar engajados em suas especificidades. Essas metas procuram respeitar a diversidade, solidariedade, tolerância, o fortalecimento dos vínculos familiares, a participação de todos na preservação do meio ambiente, na qualidade de vida e aposta na conscientização de que o espaço escolar é um bem de todos e de que a educação de qualidade é consequência do envolvimento e compromisso de todos.

12 - ESTRATÉGIAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PP

É realizada uma reunião no início do primeiro semestre com toda a comunidade escolar para que seja discutido o que colocaremos na PP do ano vigente. Nesse ano de 2020 ocorreram momentos diversificados no início do ano letivo e participaram estudantes, pais, professores e toda a comunidade escolar.

Semestralmente, pretende-se reunir a comunidade escolar para observar o previsto e o que foi feito em relação ao programado nesta PP, o encontro deverá ser na primeira coordenação coletiva de cada bimestre. O acompanhamento e mobilização dos profissionais da escola para esse trabalho ficará a cargo do supervisor com cooperação dos profissionais da coordenação. Uma cópia desta PP ficará impressa e encadernada na coordenação, na sala dos professores e disponível para toda a comunidade na página da escola no Facebook, assim como já ocorre com o regimento interno da escola. O cronograma com as datas das reuniões sempre é disponibilizado, a título de favorecer uma maior transparência às ações da escola e qualquer pessoa poderá acompanhar tudo o que está neste documento e cobrar as ações propostas aqui.

13 - PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E PROJETOS

Os Programas Institucionais e os Projetos aqui relacionados vão estabelecer e buscar essa cumplicidade com meio social e familiar, resgatando valores e aplicando-os no nosso dia-a-dia, rompendo os limites escolares, proporcionando uma interação escola/comunidade.

Alguns dos principais projetos da escola são:

13. 1 - Projeto Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)

Os estudantes do CEF 213 participaram de todas as edições da Olimpíada, apresentando um avanço nos resultados alcançados, tanto ao que se refere às premiações quanto ao envolvimento dos estudantes em sala de aula.

Em 2015, a escola, por meio de um grupo de professores de matemática, iniciou um trabalho extraclasse com os alunos interessados em se preparar para a olimpíada, buscando além de melhores resultados na OBMEP, demonstrar a importância do estudo da matemática, de forma contextualizada e presente no cotidiano, bem como despertar o interesse dos alunos em criar hábitos e rotinas de estudo. O Trabalho continua sendo feito pelos professores de matemática no ano de 2018.

Os professores de matemática utilizam a coordenação específica de terça-feira para fazer um trabalho diferenciado com alunos que tem facilidade em matemática para desenvolver as habilidades além de visar a participação desses alunos na olimpíada. as aulas preparatórias terão início no primeiro bimestre de cada ano letivo.

13.2 - Projeto Olimpíada de Matemática do Distrito Federal (OMDF)

Em 2017 foi realizada a primeira edição da Olimpíada de Matemática do Distrito Federal (OMDF), objetivando a disseminação do conhecimento matemático e o incentivo ao estudo da matemática, bem como realizar a seleção regional para a participação na Olimpíada Brasileira de Matemática – OBM.

Em complementação ao grupo de estudo criado no CEF 213 para participação na OBMEP, os alunos serão motivados a participar da OMDF, pois ao contrário da OBMEP a aplicação da prova está facultada à inscrição do estudante.

13.3 - Projeto Educação Integral

O Centro de Ensino fundamental 213 atende aproximadamente 100 estudantes, em tempo integral, com projetos diversificados, com objetivo de promover uma formação escolar mais sólida. Os principais objetivos, são:

- * alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;
- * redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;
- * melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental;
- * ampliação do período de permanência dos estudantes na escola.

A carga horária estendida possibilita que o estudante vivencie e interaja mais no espaço escolar, pois a matriz curricular contempla aulas de reforço escolar de língua portuguesa e matemática, além das oficinas de leitura, desenho, trabalhos manuais, dentre outras.

Os espaços utilizados para as atividades da educação integral, são: refeitório, salas de aulas, quadra poliesportiva, laboratório de informática, biblioteca e demais espaços disponíveis da escola. Lembrando que os estudantes utilizam os vários ambientes da unidade escolar, não existe, até o momento, um espaço específico para os estudantes da integral, fato esse que eventualmente gera desconforto e contratempos.

As aulas de reforço e as oficinas são ministradas por educadores sociais voluntários. A educação em tempo integral tem um coordenador específico para planejar, administrar e acompanhar as atividades.

13.4 - Projeto Jogos Interclasse / JESM

As aulas de educação física são de extrema importância na formação e no desenvolvimento das capacidades e habilidades motoras dos estudantes. Vale lembrar que o estímulo e o incentivo devem partir do professor onde o mesmo deve mediar e orientar tal formação.

Dessa forma é importante que se coloque em prática o seu aprendizado. Com esse pensamento estamos propondo a realização dos jogos Interclasse, com o intuito de promover a interação social entre os alunos e para que os alunos possam colocar em prática os seus conhecimentos sobre as modalidades desportivas desenvolvidas nos jogos.

A realização desses jogos tem o objetivo geral de avaliar o grau de conhecimento dos alunos com relação às modalidades desportivas desenvolvidas bem como a promoção da interação social entre os alunos da escola.

A escola também participa do JESM. O **JESM** - Jogos Escolares de Santa Maria é uma promoção anual da Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria (CRE Santa Maria) por intermédio da Unidade Regional de Educação Básica – UNIEB. E, tem como objetivo geral, oportunizar aos alunos o acesso às diversas ações esportivas desenvolvidas por essa CRE, proporcionando uma formação integral de cada aluno/participante.

13.5 - Projeto de Fortalecimento da Educação Física na EJA

Além dos projetos como Interclasse e JESM, realizados com as turmas do diurno, há uma necessidade de integração e fortalecimento da prática de atividade física, dentre os estudantes do período noturno, atendidos pela EJA.

Com este objetivo foi desenvolvido este projeto de conscientização sobre a importância da disciplina Educação Física na vida dos estudantes da EJA, que pretende de forma lúdica e diferenciada promover eventos da disciplina de educação física: jogos interclasse, festival de cordas, coordenados pelo professor regente da disciplina.

Os eventos acontecerão uma vez a cada semestre e envolverá todos os estudantes do turno. A proposta é que a cada semestre 50% da nota da disciplina seja alcançada a partir da pesquisa, ensaio, organização e participação no evento.

No ano de 2017 foram realizados: o Interclasse, o Festival de Cordas e o Resgate de brincadeiras de rua e de cultura popular.

13.6 - Projeto Alfabetização Cartográfica

O presente projeto visa fazer com que a Cartografia (conceitos básicos) faça parte do cotidiano dos alunos permeando, ilustrando e comprovando demais conceitos estudados em diferentes disciplinas. A intenção é que o trabalho ocorra ao longo do ano letivo, seja realizado em plena parceria entre as disciplinas de Geografia e Pd2 e que a interdisciplinaridade envolva ainda as disciplinas de Matemática, História e Arte.

Pretende-se que a linguagem cartográfica faça parte do cotidiano escolar de modo que, não haverá momentos estanques para tratar desse assunto, mas o hábito de decodificar elementos da cartografia estarão sempre presentes no dia-a-dia da sala de aula.

13.7 - Projeto Hora de Leitura

A prática da leitura mostra-se como uma competência imprescindível desde o início do processo de alfabetização/letramento. Mais do que decifrar códigos, ler significa interpretar o mundo, imaginar, sonhar, realizar, conhecer, compreender, ser.

Dentro do ambiente escolar a prática é essencial para todas as abordagens educacionais e transpassa como pilar para todos os componentes curriculares. Pensando nisso, e levando em consideração dados como o nível de proficiência em leitura e escrita, o desinteresse por parte da maioria dos jovens pela leitura e o impacto que estes dois quesitos causam na aprendizagem, cotidianamente, é que este projeto foi idealizado.

O presente projeto visa fazer com que exista um momento na rotina escolar para a sensibilização dos estudantes em relação à prática da leitura.

Hora da Leitura integrará a grade de projetos do CEF 213 tentando incentivar o gosto pela leitura e demonstrar todos os benefícios que um “estudante-leitor” pode colher com esta prática.

13.8 - Projeto Festival de Talentos

A noção de talento está relacionada com a habilidade ou a inteligência, tratando-se da capacidade para exercer certa ocupação ou para desempenhar determinada atividade. O talento tende a estar associado à habilidade inata, embora também se possa desenvolver com a prática e treino. A partir de tal concepção de talento e levando em consideração o trabalho com os Temas Transversais e o currículo oculto regional, percebeu-se a necessidade de um evento no qual os estudantes pudessem expressar talentos artísticos específicos, ligados à música e expressão corporal. O evento Festival de Talentos é um dos momentos mais esperados pelos estudantes e tornou-se mais do que uma atividade curricular, mas um momento em que as famílias comparecem à escola para prestigiar as apresentações e compor o processo pedagógico através, na maioria das vezes, da apresentação musical. Segundo o Currículo em Movimento: “A vivência e a experiência musicais dos estudantes e professores, provenientes sejam de suas relações em grupos sociais, familiares, religiosos, devem ser elementos levados em consideração no processo educativo musical, pois o compartilhamento dessas vivências e/ou experiências possibilita troca e ampliação de repertórios, enriquecendo os contextos de trabalho com a música, na escola. A perspectiva histórico-cultural aponta essa troca colaborativa como ação promotora de oportunidade de desenvolvimento musical dos envolvidos no processo educativo em música.” (pg.97) Por isso, o evento torna-se

indispensável como momento de valorização dos talentos e inteligências diversas de nossos estudantes.

13.9 - Projeto Halloween

A partir dos parâmetros adotados na construção do novo currículo, a BNCC “prioriza o foco da função social e política do inglês e, nesse sentido, passa a tratá-la em seu status de língua franca.”(BNCC, pg 241). Nesta perspectiva, a vivência de práticas sociais comuns em países falantes de Língua Inglesa (LI) torna-se uma importante ferramenta no cotidiano das salas de LI do CEF 213. Uma das programações culturais oriundas de países falantes de LI que mais se popularizou entre os jovens na última década, foi a comemoração do Halloween. Por tratar-se de um feriado lúdico e que propicia uma abordagem interdisciplinar, seu estudo durante as aulas desperta o interesse dos estudantes e os incentiva a buscar e analisar os traços culturais diferentes dos nossos. Assim, a inserção do estudo do Halloween durante o terceiro bimestre letivo em todos os anos, observando as adaptações de acordo com faixa etária e nível de contato com a língua, além do nivelamento das turmas - e a culminância em um evento lúdico que envolve ambos os turnos faz-se essencial para o processo de aprendizagem. Tal sensibilização diz respeito à construção de atitudes valorativas frente a outras culturas, pontos de vista, maneiras de expressão e seres humanos. Trabalhar a interdisciplinaridade a partir do Halloween e sua relação com história, geografia, educação física, matemática, ciências, língua portuguesa e arte.

Os professores regentes de Língua Inglesa inserirão sequências didáticas a respeito do Halloween durante o terceiro bimestre e entre os dias 30 e 31 de outubro será realizada a culminância com um dia temático destinado a atividades como: intelecção de filmes e séries; provas e dinâmicas que façam os estudantes compreenderem como o feriado acontece e sua importância para os países nos quais se originou e é celebrado o Halloween.

13.10 - Projeto Festa Junina

Tem o objetivo de fortalecer os laços entre família e a escola, estreitando o vínculo com comunidade escolar. É um momento em que a direção, coordenadores, estudantes, professores, profissionais da educação, familiares, amigos, vizinhos, etc. participam do processo de ensino e aprendizagem, estimulando a socialização, a interação, como também, este projeto se propõe a valorizar a diversidade cultural do nosso país.

Acontece anualmente nas dependências da escola, geralmente nos meses de junho ou julho e é aberta a toda comunidade de Santa Maria e conta com o trabalho coletivo: decoração das barraca, ornamentação da quadra e etc.

Os recursos para a festa geralmente são provenientes de doações e/ou gincanas realizadas unidade escolar

13.11 - Projeto Consciência Negra

A alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei nº 10.639/2000, estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Essa medida não proporciona tão somente oportunidades de estudos temáticos, conceituais e filosóficos das diversidades estabelecidas entre as historicidades dessas duas culturas que se interligam e se completam na miscigenação das raças e culturas historicamente conhecidas. Essas diretrizes proporcionam uma reflexão mais complexa, como diria Edgard Morrin (1996) – “na concepção da complexidade enquanto riqueza conceitual”.

Essa proposta consiste em redimensionar o foco centrado na concepção espacial e geográfica, África e Brasil, estabelecendo relações com outras etnias e raças, cujas relações antropológicas foram estabelecidas ao longo da história da humanidade. Reconhecendo as etnias européias, asiáticas e indígenas, seus aspectos culturais e epistemológicos que contribuíram para a consolidação da raça humana que conhecemos.

13.12 - Projeto Feira de Ciências

Pretende-se promover atividades como foco nas Ciências Naturais que incentivem a participação dos estudantes em pesquisas segundo a metodologia científica. Os professores deverão utilizar estratégias como palestras, mini cursos, seminários, oficinas, exibição de filmes, dentre outros, para despertar o interesse dos estudantes na elaboração e execução de projetos científicos que possam ser inscritos e apresentados na feira de ciências da escola , coordenação regional de ensino e SEEDF.

13.13 - Projeto Feira Cultural e Semana EJA

Pretende-se promover atividades que incentivem a participação de estudantes em pesquisas, apresentações culturais, atividades empreendedoras, etc. Durante o primeiro semestre são sorteados dois professores por turma para atuarem como “Conselheiros” de pesquisa e realização do evento. Cada turma, com seus Conselheiros, desenvolverá uma atividade que deverá ser apresentada durante a primeira semana do último mês do semestre, geralmente durante dois dias específicos na semana – quinta e sexta-feira. Nestes dois dias toda a escola se envolve na realização do evento: Feira Cultural no primeiro semestre, Semana EJA no segundo semestre.

O desenvolvimento do projeto vale 20% da nota em todas as disciplinas e é realizado de forma conjunta na turma.

13.14 - Projeto Avaliação Multidisciplinar

Este projeto é um dos instrumentos do CEF-213, em busca de aperfeiçoar cada vez mais o ensino oferecido aos estudantes desta instituição educacional, tendo a efetiva participação de todo o corpo docente e membros da direção. A prova multidisciplinar consiste na reunião de todos os componentes curriculares na realização de uma única avaliação dividida em dois blocos: Bloco I : códigos e linguagens e Bloco II : matemática, ciências da natureza e ciências humanas, pois ao submetermos os estudante a esta proposta pedagógica, acreditamos estar dando a eles um maior suporte para a realização de futuros processos seletivos. A avaliação multidisciplinar visar o caráter processual e formativo. já que a avaliação não finda por si só, ele é restabelecida em sala de aula pelo professores. A escola deve avaliar usando sempre a prerrogativa que a avaliação formativa visa formar cidadãos e preparar para o mundo do trabalho. A avaliação multidisciplinar tem o caráter interdisciplinar, processual e formativa sempre visando a melhora das aprendizagens dos estudantes.

A avaliação multidisciplinar acontece bimestralmente, tem valor equivalente a 20% do valor da nota bimestral, os 80% restantes são divididos em atividades avaliativas como: trabalhos em grupos, seminários, auto-avaliação , avaliação escrita e oral e participação. A avaliação Multidisciplinar é organizada por todos os professores regentes das disciplinas participantes de um determinado turno, sendo que a mesma nota será aplicada em todas as disciplinas do bloco.

13.15 - Projeto Momento Cívico na escola: a construção do civismo:

Em sintonia com a Lei nº 12.031/09, que torna obrigatória a execução do Hino Nacional nas escolas, é realizado semanalmente o Momento Cívico. Os professores conscientizam os estudantes sobre a postura diante do Hino Nacional e a importância de respeitá-lo como um símbolo da pátria e a valorização do país. Na oportunidade, fez-se uma reflexão sobre o momento político e social brasileiro, com ênfase no exercício da cidadania e no respeito à liberdade de expressão.

A finalidade educativa ministrada pela escola inspira-se nos princípios da liberdade e nos ideais da solidariedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania. Entende-se que esta é uma forma de resgatar os valores cívicos e fazer com que os estudantes se tornem cidadãos conscientes do seu papel na sociedade.

O civismo é uma atitude que se aprende, comportamento que se desenvolve e é parte do ato de educar. A hora cívica acontece às segundas-feiras ao final do 1º horário (5 minutos antes)

14- Recursos Financeiros

É o conjunto de recursos destinados a cobrir todas as despesas referentes à realização das atividades escolares.

Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF

O Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) foi instituído pelo Decreto nº 28.513, de 6 de dezembro de 2007 e tem por objetivo ampliar a autonomia gerencial, administrativa e financeira das Coordenações Regionais de Ensino e respectivas instituições educacionais visando à efetiva realização da sua proposta pedagógica, mediante a descentralização de recursos financeiros do Governo do Distrito Federal e diretamente arrecadados, nas categorias econômicas de Custeio e de Capital, para execução local.

A abrangência do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), passa aos diretores e conselhos escolares a gestão de recursos para pequenas melhorias nas unidades escolares.

Assim para saber se os gastos da escola estão sendo feitos de maneira adequada, todos os meses é atribuição da Direção do CEF 213 de Santa Maria apresentar a prestação de contas, incluindo notas fiscais de todas as compras e serviços, a Comissão de Verba da Coordenação Regional de Ensino. Após isso, as planilhas passam por análises e são enviadas à Comissão Central de Verba, da Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional, que fará a avaliação final.

A descentralização desses recursos, coloca a escola numa condição mais autônoma, quando poderá juntamente com as metas estabelecidas do Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestres (APAM), bem como a manutenção de serviços essenciais, como telefone, reparos com lâmpadas, reparos com a estrutura física da escola, bem como com as necessidades pedagógicas, caracterizadas no Plano de Desenvolvimento como material de consumo e bens permanentes.

O CEF 213 de Santa Maria apresenta para os anos vindouros uma necessidade básica em atender a escola com material de consumo e permanente, uma vez que iniciou o ano de 2008 com uma realidade bastante diversa, ampliou-se a inclusão de atendimento a alunos especiais e a necessidade de atual em atender um número maior de alunos de 6º a 9º anos e EJA, quando antes também atendia as séries iniciais 1ª a 4ª série. Reforçando ainda, uma vez que a escola perdeu o segmento de 1ª a 4ª séries, ficou determinado que muitos dos materiais seguissem com as séries para outra Instituição, deixando o CEF 213 de Santa Maria numa condição de novamente ter que estabelecer metas para a aquisição desses materiais visando o apoio didático-pedagógico.

15 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Parecer nº 17/01, Resolução nº 02/01 e Deliberação 02/03. MEC, 2005.

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96. MEC, 2002.

Ministério da Educação. Orientações e ações para a educação das relações ético e raciais. MEC e Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2008.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: SEB/MEC, 1993.

Ministério do Bem-Estar Social. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1993.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Secretaria Especial de Direitos Humanos/Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

CAMINI, Lúcia. Educação Pública de Qualidade Social. Conquistas e Desafios. Petrópolis: Vozes, 2001, 94p.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. Diretrizes Pedagógicas. Brasília, 2008.

Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares. Brasília, 2008.

Secretaria de Estado de Educação. Diretrizes de Avaliação. Brasília, 2008.

Secretaria de Estado de Educação. Núcleo de Monitoramento Pedagógico. Orientações para elaboração de Proposta Pedagógica. Brasília, 2010.

Secretaria de Estado de Educação. Secretaria de Estado de Educação. Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 5ª. Ed. Brasília, 2009.

FERRARI, Eliana Moysés Mussi. Roteiro para elaboração de Proposta Pedagógica. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 165 p.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 6ª Edição, São Paulo, SP: Editora Cortez, 1997.

SEEDF, Currículo em Movimento da EDUCAÇÃO BÁSICA – Pressupostos Teóricos, 2014.

SEEDF, Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares – PAAE, 2016.

SEEDF, Diretrizes de Avaliação Educacional – Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala, 2014-2016

ANEXO

Projeto Alfabetização Cartográfica

Justificativa

O ensino de Geografia, por sua essência, tem como objeto de estudo o meio que nos cerca e suas relações, visa interpretar as transformações realizadas no espaço ocupado pelo ser humano, bem como fazer com o que o aluno se perceba como parte desse espaço e se sinta capaz de atuar, de forma consciente, no lugar em que vive.

A linguagem oral e escrita são instrumentos de obtenção de informação e análise do objeto de estudo da ciência geográfica. Mas, para além desses instrumentos, a linguagem cartográfica serve como instrumento de síntese e reflexão sobre um determinado tema em um determinado momento e espaço.

O Currículo do Distrito Federal Geografia do Ensino Fundamental dos anos finais propõe que a Geografia deve contemplar "a compreensão, localização e a dinâmica do Planeta Terra, como também busca entender e utilizar a cartografia e seus conceitos, levando o estudante a interpretar o espaço e as interações do seu lugar de vivência" (pág. 256)

Nesta perspectiva é fundamental que o professor, de modo particular aquele que vai fazer a iniciação da Geografia nas séries finais do Ensino Fundamental e portanto, vai aprofundar conceitos antes utilizados mais para a alfabetização e letramento, leve os alunos à apropriação dos conhecimentos necessários à leitura cartográfica na sua variedade e a melhor compreensão, relação e atuação com o mundo que o cerca.

O presente projeto visa fazer com que a Cartografia (conceitos básicos) faça parte do cotidiano dos alunos permeando, ilustrando e comprovando demais conceitos estudados em diferentes disciplinas. A intenção é que o trabalho ocorra ao longo do ano letivo, seja realizado em plena parceria entre as disciplinas de Geografia e Pd2 e que a interdisciplinaridade envolva ainda as disciplinas de Matemática, História e Arte.

Pretende-se que a linguagem cartográfica faça parte do cotidiano escolar de modo que, não haverá momentos estanques para tratar desse assunto, mas o hábito de decodificar elementos da cartografia estarão sempre presentes no dia-a-dia da sala de aula.

Objetivos

Gerais

- Compreender o que é a Cartografia e perceber como ela está presente (ao longo do tempo) nas diferentes áreas do conhecimento para representar, ilustrar, comprovar e evidenciar informações;
- Alfabetizar-se cartograficamente, trabalhando os principais conceitos da cartografia e sua aplicação;
- Reconhecer a importância dos mapas e utilizar a linguagem cartográfica para interpretar e representar informações;

Específicos

- Definir Cartografia, seu objeto de estudo e método de trabalho ao longo do tempo;
- Evoluir de forma gradual do desenho ao mapa, incluindo conceitos, elementos e métodos da cartografia;

- Identificar as diversas formas de representação cartográficas: mapa, globo, bloco diagrama, croqui;
- Reconhecer os elementos de um mapa e suas funções;
- Realizar a leitura de gráficos;

Metodologia:

Os conceitos cartográficos serão inseridos simultaneamente aos demais trabalhados na disciplina de Geografia, sem perder de vista saberes que envolvem outras disciplinas. O trabalho com a cartografia será realizado para agregar informação aos conceitos trabalhados dentro dos assuntos vistos em outras áreas do conhecimento, de modo especial a Geografia, entendendo que essa área do conhecimento será auxiliar às demais;

Para que a carga horária seja suficiente na realização desse trabalho, a disciplina de Pd2 dará suporte na execução das atividades mais específicas da Cartografia;

No quadro abaixo seguem os eixos temáticos (conteúdos) de Geografia e os conceitos que serão trabalhados ao longo do ano letivo de forma simultânea:

EIXO DA GEOGRAFIA (DE ACORDO COM O CURRÍCULO)	EIXO DA CARTOGRAFIA
➤ Geografia como ciência: conceitos, classificação, finalidades;	➤ Cartografia como ciência afim, utilizada com frequência pela ciência geográfica;
➤ Categorias geográficas: espaços natural e geográfico, paisagem, lugar e território;	➤ Croqui, leitura de paisagem, representação do espaço numa visão vertical,
➤ Ferramentas da Cartografia e projeções cartográficas;	➤ Elementos do mapas, tipos de mapa, projeções cartográficas;
➤ A Terra no Sistema Solar	➤ Leitura de gráficos e tabelas
➤ Atmosfera, litosfera, hidrosfera e biosfera	➤ Blocos diagrama
➤ Movimentos da Terra e seus efeitos	➤ Leitura de mapas
➤ Impactos ambientais e urbanização;	➤ Leitura de mapas

Ao longo das aulas serão aplicadas algumas atividades de cartografia que incluem os conceitos geográficos, a saber:

- Utilização do caderno específico, onde serão registradas todas as atividades escritas de cartografia: CADERNO DE CARTOGRAFIA (Ex.: desenho de paisagens e do caminho até a escola, confecção de uma planta da sala de aula, recorte, colagem e análise de paisagem e de mapas, construção de mapas temáticos, etc);
- Atividades em grupo/individuais utilizando globos e mapas (Atividades por níveis e Oficina de Cartografia);
- Realização de um miniprojeto bimestral em que os alunos realizarão atividades práticas referentes à ambas áreas do conhecimento (Ex: Maquete dos espaços natural e geográfico, móbile do Sistema Solar, miniatlas do planeta Terra, etc)
- Realização de aulas no laboratório de informáticas utilizando programas como Google maps, Google Earth, Stellarium, site de jogos cartográficos);
- Aplicação de questionários e tabulação de dados para construção de gráficos;
- Aulas no data show para análise de paisagens, visualização de vídeos;

Cronograma

A temporalidade de aplicação do projeto deve acompanhar a dos conteúdos vistos em sala de aula e sua flexibilização.

O cronograma a seguir visa apenas promover uma organização do trabalho pedagógico:

BIMESTRE	CONCEITOS CARTOGRÁFICOS TRABALHADOS	ATIVIDADES PROPOSTAS
<u>1º Bimestre</u> 11/02 a 25/04	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cartografia como ciência afim, utilizada com frequência pela ciência geográfica; ✓ Croqui, leitura de paisagem, representação do espaço numa visão vertical, 	Caderno de Cartografia, análise de paisagem, aula no laboratório de informática;
<u>2º Bimestre</u> 26/04 a 08/07	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elementos dos mapas, tipos de mapa, projeções cartográficas; 	Caderno de Cartografia, oficina de Cartografia, confecção de maquetes;
<u>3º Bimestre</u> 29/07 a 04/10	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Leitura de gráficos e tabelas; ✓ Blocos diagrama; ✓ Leitura de mapas 	Caderno de Cartografia, aula no laboratório de informática, confecção de móbile;
<u>4º Bimestre</u>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Leitura de mapas 	Caderno de Cartografia, construção de gráficos e de um

07/10 a 19/12		miniatlas;
---------------	--	------------

Avaliação

A avaliação acontecerá ao longo de todo o processo, acompanhando os avanços e as fragilidades de cada aluno diante dos conhecimentos propostos.

Serão utilizados diversos instrumentos avaliativos que servirão para a retomada para conduzir a continuidade do processo (retomada dos conteúdos e/ou avanço dos conteúdos);

São instrumentos de avaliação processual:

- Participação nas atividades propostas;
- Caderno de Cartografia (Exercícios cartográficos correlacionados aos conteúdos trabalhados) - Parceria com a disciplina de PD 2;
- Miniprojetos bimestrais (Projeto executado pelos alunos de maneira a demonstrar de forma concreta os conhecimentos aprendidos em sala de aula);

PLANO DE AÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMAS
<p>Administrar, com a participação da Direção e do Conselho Escolar, as verbas recebidas, de forma a atingir o objetivo maior que é a construção de uma escola pública de qualidade, tanto na sua estrutura física como na sua dimensão pedagógica;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar buscando ferramentas que facilitem o acesso à informação à comunidade escolar; • Manter os laços de afetividade e cooperação entre os funcionários e estudantes; • Promover um espaço/momento em que a escola faça uma avaliação diagnóstica no início de cada semestre que permita identificar as fragilidades dos nossos estudantes. • Promover ações que permitam ao 	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura da quadra poliesportiva • Promover iniciativas culturais que favoreçam o crescimento individual de cada estudante e dessa forma a sua melhor convivência e sociedade; • Implantar um projeto para a sala de Informática para oferecer oficinas para os alunos e professores. • Permitir atendimento educacional aos estudantes com necessidades educacionais especiais, 	<p>Bimestralmente, pretende-se reunir a comunidade escolar para observar o previsto e o que foi feito em relação ao programado neste PPP, o encontro deverá ser na primeira coordenação coletiva de cada bimestre.</p>	<p>Direção Supervisão Coordenação Professores Funcionários da escola Pais Estudantes Comunidade Escolar</p>	<p>Reuniões Bimestrais com a comunidade escolar;</p> <p>Reuniões nas coordenações coletivas com os professores e demais funcionários da escola;</p> <p>Avaliação institucional realizada semestralmente com a comunidade escolar, professores e demais funcionários;</p>

	<p>estudante que foi identificado com alguma fragilidade pedagógica, se apropriar dos conteúdos que ainda não dominam.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o índice de aprovação; • Contribuir para a diminuição dos índices de repetência; • Elevar o índice de desempenho individual da Instituição Educacional, referendado pela média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB/MEC; 	<p>assegurando o acesso e a permanência em classes comuns;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o percentual dos estudantes defasados em idade x série, mediante a adoção de estratégias de intervenção, desenvolvidas em parceria com a comunidade escolar; • Aumentar a produtividade na OBMEP. 			
--	---	---	--	--	--

